



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Esplanada dos Ministérios Bloco L, Anexo I - 3º Andar - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70047-900
Telefone: 2022-7232 - <http://www.mec.gov.br>

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 23000.022594/2018-42

1. DO OBJETO

1.1. Selecionar proposta, pelo Sistema de Registro de Preços – SRP, para eventuais aquisições de medicamentos e materiais de consumo, visando à continuidade no atendimento médico e odontológico aos servidores e seus dependentes legais, realizado pela equipe médica e odontológica do **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – UASG 150002**, como **ÓRGÃO GERENCIADOR e dos ÓRGÃOS PARTICIPANTES**, durante os exercícios de **2018 e 2019**, de acordo com as especificações e quantidades descritas no Encarte “A” deste Termo de Referência.

1.2. São partes integrantes deste Termo:

1.2.1. Encarte “A” – Modelo de Propostas de Preços;

1.2.2. Encarte “B” – Termo de Recebimento Provisório;

1.2.3. Encarte “C” – Termo de Recebimento Definitivo;

1.2.4. Encarte “D” – Modelo de Ordem de Fornecimento;

1.2.5. Encarte “E” – Dos Critérios de Sustentabilidade Ambiental e do Modelo de Declaração de Sustentabilidade

1.2.6. Encarte “F” – Relação de Endereços para Entrega.

1.3. ÓRGÃO GERENCIADOR: Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAA/MEC – UASG 150002;

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. A Coordenação de Assistência Médica e Social – CAMS é responsável pela prestação dos serviços de primeiros socorros, prevenção e tratamento médico e odontológico para os servidores ativos e inativos do MEC e seus dependentes legais.

2.2. A aquisição em tela tem por objetivo dar continuidade aos atendimentos nas áreas de enfermagem e odontologia, prestados aos servidores do Ministério da Educação e seus dependentes.

2.3. A natureza do objeto deste Termo, dadas suas características, enquadra-se como serviços/bens comuns de que trata a Lei nº 10.520/02, o Decreto nº 5.450/05, haja vista os padrões de desempenho, qualidade e todas as características gerais e específicas de sua prestação serem as usuais do mercado e passíveis de descrições sucintas, podendo, portanto, serem licitados por meio do Pregão Eletrônico.

2.4. A Adoção do SRP – Sistema de Registro de Preços – justifica-se pela conveniência da aquisição parcelada dos bens e serviços, para atender às demandas do Ministério de Educação, de acordo com a previsão contida no inciso II do art. 3º do Decreto nº 7.892, de 23/01/2013. Não será permitida adesão posterior à Ata de Registro de Preços.

2.5. O critério de julgamento de MENOR PREÇO GLOBAL POR GRUPO justifica-se, tendo em vista que este não restringirá o caráter competitivo do certame, nem tampouco a perda da economia de escala, a qual encontra-se prevista no art. 23, §1º da Lei 8.666/93, sendo necessário registrar que a natureza dos serviços, objeto da presente contratação, requer a opção do critério de julgamento acima citado, em razão do fator de economicidade gerado para a Administração, considerando-se que, desta forma, indubitavelmente ocorrerá uma eficiente execução e controle do contrato, em razão de ser efetuada a contratação de uma única empresa para o fornecimento dos bens em tela.

2.6. Alguns dos produtos solicitados no presente Termo de Referência, quando isolados, configuram valores pequenos que diminuem a sua competitividade no certame.

2.7. A aquisição por preço global POR GRUPO também se justifica por se tratar de itens que apresentam caráter de interdependência em sua aplicação, além de comuns a todas as empresas do ramo médico/odontológico/farmacêutico, desta maneira almeja-se o ganho em escala proporcionado pelo interesse na melhor oferta com redução de custos nos itens menos significativos.

2.8. Por serem muito específicos, e por já ter havido itens desertos em licitação anterior, optou-se pela presente modalidade para que, dessa forma, possa ocorrer a aquisição de todos os produtos.

2.9. A aquisição em tela decorre da observação da média de anos anteriores, dentro do que foi, efetivamente, utilizado pela equipe de odontólogos. Uma vez que não é possível determinar com precisão, antecipadamente, quais serão as demandas futuras dos servidores e seus dependentes legais, os quantitativos apresentados neste Termo de Referência, em seu ENCARTE "A" seguem um padrão estimado pelos Setores de Odontologia e de Enfermagem da CAMS.

3. DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1. A contratação de pessoa jurídica para o fornecimento dos materiais, objeto deste Termo de Referência, dar-se-á por meio de seleção de proposta, via Sistema de Registro de Preços – SRP, enquadra-se como bem comum, para fins do disposto no artigo 4º do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, cabendo licitação na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, tipo menor preço GLOBAL POR GRUPO, observado, no que couber, o disposto na Lei nº. 10.520, de 7 de julho de 2002; no Decreto nº 7.892, de 23/01/2013, alterado pelo Decreto nº 8.250, de 23 de maio de 2014, e legislação correlata, na Lei Complementar nº 123, de 14/09/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014; no Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal; na Lei nº 8.078, de 11/09/1990; na Instrução Normativa (IN) da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) nº 01, de 19 de janeiro de 2010, na Instrução Normativa SLTI/MP nº. 02, de 30 de abril de 2008, alterada pela Instrução Normativa SLTI/MP nº 6, de 23 de dezembro de 2013, na Instrução Normativa nº 05/2017 de 25 de maio de 2017; no Decreto nº 7.746 de 05/06/2012 da Casa Civil da Presidência da República, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei nº. 8.666, 21 de junho de 1993, com suas alterações subsequentes, da Portaria nº. 120 de 09 de março de 2016, publicada no DOU, em 10 de março de 2016 que institui o rito do processo administrativo de apuração de responsabilidades dos fornecedores no âmbito do Ministério; Decreto Nº 7.203, de 4 de junho de 2010, que dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal; no Decreto 7.713, de 3 de abril de 2012 e na Lei 12.846/2013.

3.2.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

4.1. A licitante deverá, na forma expressa do sistema eletrônico, consignar o valor unitário e total, assim, como a descrição dos produtos, indicando nome do fabricante, marca comercial e demais referências que identifiquem o produto cotado, para efeito de conferência e parecer da área técnica da CAMS.

4.2. Os preços deverão ser cotados utilizando o modelo do Encarte A. Os preços de cada um dos itens deverão considerar todos os custos diretos e indiretos, (taxas, impostos, fretes, etc.).

4.3. Será considerada mais vantajosa a proposta da licitante que oferecer O MENOR PREÇO GLOBAL POR GRUPO, na forma prevista no art. 45, §1º da Lei nº 8.666/93.

4.4. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências do presente Termo de Referência e as do respectivo Edital/Minuta de Contrato, ou que sejam omissas ou apresentem irregularidades insanáveis.

4.5. Não serão aceitos preços irrisórios ou inexecutáveis, cabendo à Administração a faculdade de promover verificações, através de pedido de esclarecimentos complementares ou por meio de diligências necessárias, na forma do art. 43, §3º da Lei nº 8.666/93, para efeito de comprovação de sua exequibilidade.

4.6. Se todas as propostas forem desclassificadas ou todas as licitantes inabilitadas, a Administração poderá fixar prazo, nos termos do art. 48, §3º da Lei nº 8.666/93, para apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas da desclassificação ou inabilitação elencadas pelo artigo.

4.7. A(s) licitante(s) deverá(ão) apresentar Planilha de Custos e Formação de Preços, devidamente preenchida, conforme modelo do Encarte "A", devendo preencher a proposta com os seguintes requisitos:

4.7.1. Prazo de validade, não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação;

4.7.2. Especificação detalhada dos bens, obedecidas as condições previstas neste Termo e em seus encartes.

4.7.3. Nome do banco, o código da agência e o número da conta-corrente da empresa, para efeito de pagamento.

4.7.4. Nome ou razão social do proponente, CNPJ, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), e quanto ao responsável pela empresa: estado civil, profissão, CPF, Carteira de Identidade, domicílio e cargo na empresa.

4.8. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Termo.

- 4.9. Poderá, a critério da administração, ocorrer diligências para verificação das informações apresentadas na proposta.
- 4.10. O IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica e a CSLL – Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido não devem constar da composição de preços, conforme determina a Súmula do TCU 254/2010.
- 4.11. A licitante deverá ter registro ou inscrição na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA que a credencie ou autorize a comercializar os produtos/materiais ofertados.
- 4.12. Entregar junto da proposta a Declaração de Sustentabilidade Ambiental constante no encarte “E”, sob pena de desclassificação.
- 4.13. Caso solicitado, o licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.
- 4.14. Para fins de entendimento técnico e averiguação dos produtos ofertados, o fornecedor, caso solicitado, deverá comprovar, por meio de catálogos, especificações técnicas, via site na internet, folders, orçamentos, dentre outros, as especificações técnicas contidas no Encarte “A” deste Termo de Referência.
- 4.15. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no §3º do artigo 8º da IN SLTI/MP nº 2, de 2010.
- 4.16. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 4.17. Não poderão participar desta licitação os interessados:
- 4.17.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
 - 4.17.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - 4.17.3. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
 - 4.17.4. que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação;
 - 4.17.5. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
 - 4.17.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição, participarem de processos licitatórios promovidos pela Administração Pública Federal. (Acórdão 0746-09/2014 do Tribunal de Contas da União – TCU – Plenário);
 - 4.17.7. Cooperativas (Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação).
- 4.18. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 4.18.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
 - 4.18.2. a assinalação do campo “não” , apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que a licitante seja qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte;
 - 4.18.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
 - 4.18.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
 - 4.18.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
 - 4.18.6. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009;
 - 4.18.7. que cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT.

5. DA ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS/MATERIAIS

5.1. As especificações dos produtos/materiais constam no Encarte “A” – Modelo de Propostas de Preços do presente Termo.

6. DO PREÇO MÁXIMO

6.1. O preço máximo que a Administração se propõe a pagar pela contratação em tela é de **R\$ xxxx** (valor por extenso).

6.2. Os valores não poderão ultrapassar os preços máximos estabelecidos no Encarte “A” deste Termo de Referência.

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. Os recursos para cobertura das despesas, decorrentes da aquisição dos bens, objeto do presente termo, correrão à conta do Programa de Trabalho consignado no Orçamento do Ministério da Educação, Elemento de Despesa 33.90.30 – Material de consumo, subelemento de despesa 10, que serão empenhadas, nos termos da lei, de acordo com o Orçamento Geral da União para 2018 e 2019.

8. DA CONTRATAÇÃO

8.1. O Termo de Contrato de fornecimento dos materiais será substituído pela Nota de Empenho na forma do §4º do artigo 62 da Lei nº 8.666/93, observadas as disposições deste Termo de Referência, do Edital e da Proposta da(s) Licitante(s) vencedora(s) do certame.

9. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DOS PRODUTOS

9.1. Todas as despesas de frete/embalagem, impostos, encargos incidentes deverão ser inclusas no preço da proposta e, em hipótese alguma, poderão ser destacadas quando da emissão de Nota Fiscal/Fatura.

9.2. Os itens a serem comprados pelo MEC deverão ser fornecidos em perfeitas condições de uso e funcionamento.

9.3. Os itens constantes deste Termo de Referência deverão ser novos e originais, produzidos por empresa especializada e legalmente estabelecida e sua procedência deverá ser facilmente aferida pela embalagem.

9.4. Os itens a serem fornecidos deverão ter sido produzidos de acordo com os critérios de sustentabilidade ambiental contidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – SLTI/MP.

9.5. Para fins de entendimento técnico e averiguação dos produtos ofertados, o fornecedor, caso solicitado, deverá comprovar, por meio de catálogos, especificações técnicas, via site na internet, folders, orçamentos, dentre outros, as especificações técnicas contidas no Encarte “A” deste Termo de Referência.

9.6. Os medicamentos deverão ter indicados, em suas embalagens, a data de fabricação, data de validade, princípio ativo, dosagem e lote. Não serão aceitas embalagens violadas ou com as informações ilegíveis.

9.7. Os medicamentos deverão ser acondicionados em caixas protegidos da luz e de alta temperatura.

9.8. Não serão aceitos produtos com prazo de validade inferior a 12 (doze) meses, a partir do recebimento no Almoxarifado Central do MEC, devendo os medicamentos ter sido fabricados a partir de 2018.

9.9. Os medicamentos e os materiais deverão ser sem uso e genuínos, produzidos por empresa especializada, com registro ou inscrição na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA e legalmente estabelecida e sua procedência deverá ser facilmente aferida pela embalagem.

10. DO LOCAL E PRAZO DA ENTREGA

10.1. As compras decorrentes do presente Termo de Referência deverão ser entregues, às expensas da Contratada, no Setor de Almoxarifado do MEC, na Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Subsolo do Anexo I – Brasília/DF, no horário: 08 as 12 horas e das 13 as 17 horas de segunda a sexta-feira, de acordo com as especificações e demais condições estipuladas neste Termo e na proposta comercial.

- 10.2. O prazo de entrega dos produtos/materiais será de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da nota de empenho.
- 10.3. Os itens rejeitados deverão ser substituídos por outro dentro das especificações exigidas, arcando com todos os custos a empresa contratada. O MEC não se responsabilizará pela guarda, armazenamento e danos causados a bens rejeitados.
- 10.4. Os locais de entrega das unidades participantes estão dispostos no Encarte F.
- 10.5. Os itens deverão ser entregues nos endereços e horários estipulados pelos órgãos participantes do presente Registro de Preços, de acordo com as especificações e demais condições estipuladas na proposta comercial e neste Termo de Referência.

11. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

- 11.1. O recebimento do objeto deste Termo de Referência se dará conforme o disposto no artigo 73, inciso II e seus parágrafos, da Lei nº. 8.666/93, compreendendo duas etapas distintas discriminadas a seguir:
- a) **Provisoriamente**, no prazo máximo de **02 (dois) dias corridos** a partir do recebimento do produto/material, mediante termos próprios, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação prevista neste Termo de Referência, observado o disposto nos artigos 69, 73 e 76 da Lei nº. 8.666/1993;
 - b) **Definitivamente**, no prazo máximo de **10 (dez) dias corridos** a partir do recebimento provisório, **mediante atesto de nota fiscal**, após a verificação da qualidade e quantidade dos materiais e consequente aceitação, observados os artigos 69, 73 e 76 da Lei nº. 8.666/1993.
- 11.2. Em caso de não conformidade, lavrar-se-á um Termo de Recusa e Devolução, no qual se consignarão as desconformidades com as especificações. Nesta hipótese, o item, objeto deste Termo de Referência, será rejeitado, devendo ser substituído no prazo máximo de 05 (cinco) dias, quando se realizarão novamente as verificações em conformidade com o subitem 11.1.
- 11.3. Caso a substituição não ocorra em até 05 (cinco) dias, ou caso o novo item também seja rejeitado, estará a empresa incorrendo em atraso na entrega, sujeita à aplicação das sanções previstas em Lei.
- 11.4. À Contratada caberá sanar as irregularidades apontadas no recebimento definitivo, submetendo a etapa impugnada à nova verificação, ficando sobrestado o pagamento até a execução do saneamento necessário, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis. Sendo que os custos da substituição do bem rejeitado correrão exclusivamente às expensas da Contratada.
- 11.5. O recebimento não exclui a responsabilidade da Contratada pelo perfeito desempenho do produto fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos.

12. DO PAGAMENTO

- 12.1. O pagamento será efetuado por emissão de Ordem Bancária para crédito em conta corrente da Contratada, até o 5º (quinto) dia útil, posterior ao fornecimento dos materiais, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura discriminativa do material entregue, indicando as quantidades, valores unitários e totais, com desconto, quando houver, devidamente atestada pelo fiscal designado, para o acompanhamento do objeto deste Termo.
- 12.1.1. As Notas Fiscais devem ser eletrônicas (Nfe) conforme disposições contidas no inciso I, Cláusula Segunda do Protocolo ICMS 42, de 03 de julho de 2009.
 - 12.1.2. Deverão também conter nas Notas Fiscais Eletrônicas, se for o caso, os dados bancários do credor para emissão da (s) ordem (s) bancária (s) e as devidas retenções tributárias a serem feitas pela instituição conforme o artigo 64 Lei 9.430 de 27 de dezembro de 1996.
 - 12.1.3. Caso a empresa seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES NACIONAL OU SUPER SIMPLES, deverá apresentar a nota fiscal eletrônica, acompanhada do Anexo IV da Instrução Normativa SRF nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, alterada pela Instrução Normativa SRF nº 1244, de 30 de janeiro de 2012, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições.
 - 12.1.4. Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, ela será devolvida à empresa, pelo representante do Contratante, e o pagamento ficará pendente até que sejam providenciadas as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para o Contratante.
 - 12.1.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada das seguintes comprovações: da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta “on-line” ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores -

SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da lei nº 8.666/93.

12.2. No caso de eventual atraso de pagamento, provocados pela Administração, o valor devido será acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$I = (TX/100)/365 - EM = I \times N \times VP$, onde:

I = Índice de Atualização Financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos Moratórios

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

VP = Valor da parcela em atraso.

12.3. Estarão sujeitos à retenção na fonte, quando couber, os seguintes tributos:

12.3.1. Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas – IRPJ, Contribuição Social sobre Lucro Líquido – CSLL, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, e Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB Nº 1.234 de 11 de janeiro de 2012, conforme determina o Art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996;

12.3.2. Contribuição previdenciária, correspondente a onze por cento, na forma da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009, conforme determina a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; e

12.3.3. Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, na forma da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003 e demais legislação vigente.

12.4. A retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, só deverá ocorrer quando o CONTRATADO:

12.4.1. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

12.4.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

12.5. Antes de efetuar o pagamento será verificada a regularidade da CONTRATADA junto ao Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores – SICAF, mediante consulta “on-line”, cujo documento será anexado ao processo de pagamento.

12.5.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.5.2. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.5.3. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.5.4. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.5.5. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

12.6. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é, ou não, caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa à mora.

12.7. No ato do pagamento, será comprovada a manutenção das condições iniciais de habilitação quanto à situação de regularidade da empresa (artigo 27, § 2º, do Decreto nº 5.540/2005).

12.8. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados e aos materiais empregados.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. Fornecer o produto/material constante do termo no local indicado, observando rigorosamente as especificações e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

13.2. Substituir, às suas expensas, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias contados da comunicação do problema ao fornecedor, os itens rejeitados objeto deste Termo de Referência, bem como atender, prontamente, às exigências da Administração do MEC, inerentes ao objeto do fornecimento.

13.3. Responsabilizarem-se por todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os produtos/materiais vendidos, bem como pelo custo de frete, na entrega, e demais custos inerentes ao fornecimento; e, ainda, apresentar os documentos fiscais do produto em conformidade com a legislação vigente.

13.4. Emitir fatura no valor pactuado, apresentando-a à Contratante para ateste e pagamento.

13.5. Cumprir os prazos estipulados neste Termo de Referência.

14. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

14.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento do objeto contratado, bem como realizar testes, quando aplicável, dos itens fornecidos, atestar nas notas fiscais/fatura a efetiva entrega do objeto contratado e o seu aceite.

14.2. Efetuar o pagamento na forma e no prazo convencionado neste Termo de Referência.

14.3. Aplicar as sanções regulamentares e contratuais, se necessário.

14.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

14.5. Comunicar à Contratada as eventuais irregularidades observadas na entrega do objeto para adoção das providências saneadoras.

14.6. Observar as vedações dispostas no art. 5º, da IN nº 05/2017 - SLTI/MP.

15. DA FISCALIZAÇÃO

15.1. A entrega dos produtos, nos termos do § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666/93, será acompanhada e fiscalizada por servidores (ou comissão) especificamente designados, por Portaria do Subsecretário de Assuntos Administrativos, como Representantes da Administração, que anotarão, em registro próprio, todas as ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, dirimindo as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos mesmos e de tudo dando ciência à empresa.

15.2. Para o acompanhamento e fiscalização da entrega dos produtos deverão ser observadas as disposições contidas na IN/SLTI-MP nº 05/2017, atualizada.

15.3. Caberá ao fiscal, dentre outras atribuições, determinar providências necessárias ao regular e efetivo cumprimento do contrato, bem como anotar e enquadrar as infrações contratuais constatadas, comunicando as mesmas ao seu superior hierárquico.

15.4. Não obstante a empresa seja a única e exclusiva responsável pela execução do objeto contratado, ao MEC reserva-se o direito de, sem qualquer forma de restrição à plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços;

15.5. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas ao seu gestor, em tempo hábil para a adoção das medidas que se fizerem necessária.

15.6. A Administração, devidamente representada na forma deste item, rejeitará, no todo, ou em parte, o objeto contratado, sem ônus para o MEC, se executados em desacordo com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.

15.7. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da licitante vencedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de

material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do MEC ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.8. O recebimento não exclui a responsabilidade da licitante vencedora pela integridade e correção dos produtos adquiridos, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, no que se refere ao objeto contratado.

15.9. Fica a licitante vencedora obrigada a trocar ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, aqueles produtos em que se verificarem defeitos, incorreções ou prazos vencidos ou a vencer com menos de um ano, no prazo fixado pelo fiscal.

16. DAS SANÇÕES

16.1. Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, no art. 28 do Decreto nº 5.450/2005 e na Portaria nº 120/2016, do Ministério da Educação, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores do MEC, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas neste Termo e demais cominações legais a licitante vencedora que:

- a) apresentar documentação falsa;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida no edital;
- e) não mantiver a proposta e não assinar o contrato;
- f) comportar-se de modo inidôneo;
- g) fizer declaração falsa;
- h) cometer fraude fiscal;
- i) incorrer em qualquer prática vedada pela Portaria MEC nº 120/2016; ou
- j) não assinar a ata de registro de preços quando convocado dentro do prazo de validade da proposta, não aceitar/retirar a nota de empenho ou não assinar o termo de contrato decorrente da ata de registro de preços.

16.1.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

16.2. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Termo de Referência e das demais cominações legais.

16.3. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo artigo, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar a partir da notificação da empresa.

16.4. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.

16.5. Sem prejuízo das sanções previstas no item anterior, com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a licitante vencedora ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

16.5.1. Advertência;

16.5.2. Multa de:

- a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde até trinta dias de atraso;
- b) 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar trinta dias;
- c) 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato ou instrumento equivalente, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo de demais sanções;

d) 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente e/ou entrega da garantia contratual, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e

e) 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente, pela inexecução total do contrato.

16.5.3. suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o MEC, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

16.5.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante vencedora ressarcir o MEC pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

16.5.5. No caso de ocorrência concomitante das multas previstas nas alíneas “a” e “b” com as da alínea “c”, o percentual aplicado não poderá ultrapassar a 7% (sete por cento).

16.6. O pagamento da multa poderá ser mediante:

- I – GRU ou desconto (glosa), sobre o valor das parcelas devidas à Contratada;
- II – Execução da garantia, se houver; ou
- III – Procedimento Judicial.

16.7. As sanções de advertência, suspensão temporária do direito de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à licitante vencedora juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

16.8. No caso de multa, cuja apuração ainda esteja em processamento, ou seja, na fase da defesa prévia, o MEC poderá fazer a retenção do valor correspondente à multa, até a decisão final da defesa prévia. Caso a defesa prévia seja aceita, ou aceita parcialmente pelo MEC, o valor retido correspondente será depositado em favor da licitante vencedora, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data da decisão final da defesa apresentada.

16.9. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16.10. Caso a Contratada descumpra quaisquer condições deste Termo de Referência poderá a Contratante aplicar multa de 1% do valor mensal da fatura por dia e por ocorrência a título de glosa em quaisquer faturas posteriores ao ocorrido resguardado o direito a ampla defesa e do contraditório.

16.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo com rito estabelecido na Portaria 120/2016, observando-se as regras previstas na Lei nº 8.666, de 1993 e subsidiariamente na Lei 9.784, de 1999.

16.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, a abrangência do dano apontada pela área demandante, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade e da razoabilidade.

16.13. Pela inexecução total ou parcial do objeto da presente licitação, a depender da gravidade do ato praticado, a Administração poderá optar pela aplicação da pena de advertência, de forma motivada, nos termos do inciso I do art. 87 da Lei nº 8.666/93 e das demais penas do artigo citado.

16.14. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

17. DA GARANTIA DOS PRODUTOS/MATERIAIS

17.1. A garantia dos bens consiste na prestação, pela empresa contratada, de todas as obrigações previstas na Lei nº 8.078, de 11/09/1990 – Código de Defesa do Consumidor - e alterações subsequentes.

18. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

18.1. Para o fornecimento dos bens, objeto deste Termo, a contratada deverá observar, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental, contidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – SLTI/MP e no Decreto nº 7.746, de 05/06/2012, da Casa Civil, da Presidência da República, principalmente no que tange aos requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

- 18.2. O fornecedor deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:
- 18.2.1. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
 - 18.2.2. Que os bens devam ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
 - 18.2.3. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva ROHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDES);
 - 18.2.4. Respeite as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
 - 18.2.5. Preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999;
 - 18.2.6. Observar o Decreto Federal nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, onde o Art. 18 cita que os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes dos produtos e embalagens, deverão estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante o retorno dos produtos e embalagens após o uso pelo consumidor.
 - 18.2.7. Cumprir, no que couber, as exigências do Art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, que estabelece as práticas de sustentabilidade na execução dos serviços.
 - 18.2.8. Cumprir, no que couber, as exigências do inciso XI, Art. 7º da Lei 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS;

19. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 19.1. Comprovar a aptidão para o fornecimento de medicamentos pertinente e compatível com o objeto deste Termo de Referência, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, emitido(s) em nome da licitante. (§ 4º do artigo 30 da Lei nº 8.666/1993).
- 19.2. A licitante deverá apresentar o Registro ou a inscrição na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA que a credencie ou a autorize a comercializar os produtos/materiais ofertados.

20. DO REAJUSTE DOS PREÇOS

- 20.1. Os preços contratados são fixos e irreajustáveis.

21. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 21.1. A vigência da validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura.
- 21.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Contratante não será obrigado a solicitar os bens aos fornecedores assinantes da ata, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

22. DA ADESÃO AO REGISTRO DE PREÇOS

- 22.1. Não será permitida adesão posterior à Ata de Registro de Preços.

23. DO CANCELAMENTO DE REGISTRO DE PREÇO DO PROPONENTE

- 23.1. Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:
- 23.1.1. A pedido, quando:
 - a) Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

b) O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do material.

23.1.2. Por iniciativa do Órgão Gerenciador, quando:

- a) Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- b) Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- c) Por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado;
- d) Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- e) Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceitável;
- f) Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes.
- g) Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, o Órgão Gerenciador fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos Proponentes a nova ordem de registro.

24. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

24.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do Art 65 da Lei nº 8.666/1993, conforme § 1º do artigo 12 do Decreto 7.892/2013.

24.2. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

24.3. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado, nas mesmas condições do registro, e definidos o novo preço máximo a ser pactuado pela Administração, o licitante vencedor registrado será convocado pelo MEC para alteração do preço da Ata de Registro de Preços, mediante aditamento.

25. DA GESTÃO DA ATA

25.1. Esta Ata de registro de preços será gerida pelo Ministério da Educação.

25.2. O Órgão Gerenciador acima indicado, deverá designar servidor para acompanhar e gerir o Registro de Preços, cabendo às responsabilidades abaixo descritas:

I - Participar, quando necessário, de prévias reuniões com fornecedores, visando informá-los das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços e colaborar com a Coordenação de Contratos, com os Órgãos que por ventura venham a aderir à Ata de Registro de Preços;

II - Obedecer aos quantitativos de contratação definidos na Ata de Registro de Preços, controlando as respectivas Ordens de Compra;

III - Participar dos procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados na Ata de Registro de Preços;

IV - Propor a aplicação de penalidades por descumprimento das obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

25.3. A presença do Gestor da Ata não elide nem diminui a responsabilidade da Contratada.

26. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1. Consultas a respeito deste Termo de Referência poderão ser formuladas pelo correio eletrônico institucional: cpl@mec.gov.br, subsidiadas pela área técnica.

26.2. O esclarecimento de dúvidas a respeito de condições do edital e de outros assuntos relacionados à presente licitação serão divulgados mediante publicação de notas na página web, no endereço www.mec.gov.br, no link “Acesso à informação/Licitações e Contratos”, bem como no sítio eletrônico Compras Governamentais, ficando as licitantes obrigadas a acessá-la para a obtenção das informações prestadas pelo Pregoeiro.

26.3. Todos os quesitos inerentes aos serviços involuntariamente não explícitos neste Termo, mas necessários à execução total dos serviços e ao seu perfeito acabamento, serão de responsabilidade da CONTRATADA.

26.4. O Foro para dirimir quaisquer litígios oriundos do presente termo é o da Justiça Federal, Seção Judiciária de Brasília/DF.

OTÁVIO PEREIRA DE CARVALHO

Coordenador da CAMS - Substituto

De acordo, encaminhe-se à SAA/SE/MEC, para as providências cabíveis.

MARIEDEN MARTINS TOSTA

Coordenadora-Geral de Gestão de Pessoas

Aprovo, conforme disposto no Artigo 7º, parágrafo 2º, Inciso I, da Lei 8.666/93.

Encaminhe-se à Coordenação Geral de Compras e Contratos para os procedimentos subsequentes.

MARCELO GUERREIRO CALDAS

Subsecretário de Assuntos Administrativos - Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Otávio Pereira de Carvalho, Coordenador(a), Substituto(a)**, em 13/12/2018, às 15:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Marieden Martins Tosta, Coordenador(a) Geral**, em 14/12/2018, às 09:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1339388** e o código CRC **C9E5E2D2**.

ENCARTE "A"

MODELO DE PROPOSTAS DE PREÇOS

OBJETO: Selecionar proposta, pelo Sistema de Registro de Preços – SRP, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL POR GRUPO, para eventuais aquisições de medicamentos e materiais de consumo, visando à continuidade no atendimento médico e odontológico aos servidores e seus dependentes legais, realizado pela equipe médica e odontológica do MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – UASG 150002, como ÓRGÃO GERENCIADOR e dos ÓRGÃOS PARTICIPANTES, durante os exercícios de 2018 e 2019, de acordo com as especificações e quantidades descritas neste Encarte “A” do presente Termo de Referência.

Os produtos e materiais a serem registrados para o Serviço de Odontologia e de Enfermagem da Coordenação de Assistência Médica e Social - CAMS do MEC são os seguintes:

Nº do item	Unid.	Descrição do Produto Medicamentos com ano de fabricação 2018	Quant. Necessária Anual	Valor Máximo Unitário (R\$)	Valor Máximo TOTAL (R\$)
1	Sg	Condicionador de Ácido Fosfórico Gel 37% - Seringa com 6g	10		
2	Fr	Agente de união. Adesivo fotopolimerizável com 5,6 ml Praticidade: primer e adesivo em um só frasco. Solvente à base de água e álcool: não evapora como a acetona. Alto	10		

		rendimento: o frasco de 6g rende até 280 gotas = 280 restaurações. Não é necessário agitar o frasco antes do uso. Menor sensibilidade técnica, menor sensibilidade pós-operatória. Frasco com tampa "flip top": evita desperdício e pode ser manuseado apenas com uma mão das mãos. Possui excelente adesão à dentina e ao esmalte e melhor adaptação em restaurações indiretas.Tampa flip-top, Solvente à base de álcool e água. Menor espessura de película, em torno de 7 µm, resulta em uma melhor adaptação de restaurações indiretas.Sistema adesivo com nanotecnologia, exclusiva plataforma tecnológica 3M ESPE: contém cargas que proporcionam uma excelente adesão à dentina e ao esmalte. Adesivo com 10% em peso de carga (nanopartículas de sílica com tamanho de 5 nanômetros). Em virtude do pequeno tamanho da carga, não é necessário agitar o frasco antes do uso.União de resinas compostas fotopolimerizáveis à estrutura dental. Reparo em porcelana. Reparo em resina. Restauração em amálgama adesivo. Dessensibilização de raízes expostas.			
3	Un	Água destilada para autoclave - Bombona 5 litros	40		
4	Fr	Água oxigenada 10 vol com um litro	01		
5	Lt.	Álcool 70% Solução líquida com um litro	50		
6	Cx	Anestésico injetável prilocaína c/ vaso a 3% tubete 1,8ml. Cloridrato de prilocaína a 30mg/ml com felipressina 0,03Ui/ml - caixa com 50 tubetes	7		
7	Cx	Anestésico injetável lidocaina c/ vaso a 3% tubete 1,8ml cloridrato de lidocaina a 30mg/ml com hemitartarato de norepinefrina 0,04mg/ml - caixa com 50 tubetes	7		
8	Cx	Anestésico injetável sem vasoconstritor a 2% tubete 1,8ml cloridrato de lidocaina a 20mg/ml - caixa com 50 tubetes	01		
9	Pt	Anestésico tópico (pomada pote c/12 gr.)	5		
10	Cx	Bicarbonato de sódio p/ uso odontológico em sachês - caixa com 15 unidades	02		
11	Kit.	Cimento de hidróxido de cálcio pasta 02 tbs (tipo Hidro C ou Dycal)	04		
12	Fr.	Clorexidina a 2% solução para limpeza de cavidades com 100 ml	02		
13	Fr.	Clorexidina a 0,12% solução p/ bochechos com 500 ml	06		
14	Fr.	Clorexidina 4% frasco com 1 litro	3		
15	Pct.	Compressas cirúrgicas de gaze hidrófila pacote c/ 500 unid.	10		
16	Pct	Gaze estéril 100% algodão hidrófilo embaladas em papel grau cirúrgico esterilizadas por óxido de etileno, dimensões: 7,5x7,5cm, com 10 gazes por pacote	80		
17	Cx	Cotonetes flexíveis - caixa com 150 unidades	03		
18	Und	Escova de Robson (branca)	100		
19	Vd.	Eugenol 20 ml.	01		
20	Cx	Filme radiológico periapical adulto - caixa com 150 unidades	04		
21	Unid.	Fio dental c/ 500 metros	02		
22	Und	Fita adesiva para autoclave em rolo para identificação de pacotes esterilizados a vapor- 19mm x 30 m	36		
23	Lt.	Fixador de filme radiológico em litros separados	20		
24	Fr.	Cimento radiopaco odontológico, a base de óxido de zinco/sulfato de zinco destinado a aplicações temporárias em curto prazo. Não contém eugenol - frasco com 20g	02		
25	Fr.	Flúor gel neutro 200 ml	20		
26	Vd.	Formocresol 10 ml.	01		
27	Rolo	Grau cirúrgico em rolo (200 mm x100 m)	04		
28	Vd.	Hemostático líquido c/ 10 ml.	02		
29	Fr	Hidróxido de cálcio pó (PA) frasco com 10 gramas	04		
30	lt	Hipoclorito de sódio a 1% em litros	27		
31	Kit.	Ionômero de vidro para cimentação	02		
32	Kit	Ionômero de vidro autopolimerizável para restauração	05		
33	Kit	Ionômero de vidro fotopolimerizável p/ restauração	05		
34	Und	Indicadores biológicos para teste biológico	100		
35	Cx.	Lâminas de bisturi nº12 tipo foice - com 100 lâminas	01		
36	Cx.	Lâminas de bisturi nº15 - com 100 lâminas	01		
37	Lt.	Líquido de Dakin	03		
38	Lt.	Líquido de Milton (solução)	02		
39	Lt.	Líquido p/ limpeza de autoclaves	10		
40	Fr.	Lubrificante p/ baixa rotação e alta rotação (óleo-spray)	12		
41	Par	Luvas cirúrgicas nº 7 - caixa c/ 200 pares	800		
42	Cx	Luvas de procedimentos tamanho P - Caixa com 100 unidades	14		
43	Par	Luva de látex tamanhos M para lavar instrumental	10		

44	Und.	Mascara Tripla cirúrgica descartável c/ elástico	600		
45	Pct	Moldeira descartável P - pacote com 100 unidades	01		
46	Pct	Moldeira descartável M - pacote com 100 unidades	01		
47	Pct	Moldeira descartável G - pacote com 100 unidades	03		
48	Und	Micro aplicador descartável, pincel para aplicação de adesivo(microbrush ou cavibrush)	600		
49	Vd	Paramonoclorofenol canforado 20 ml (material p/ desinfecção de canal radicular)	01		
50	Fr	Pedra pomes - frasco com 100 gr	15		
51	Tb.	Resina fotopolimerizável A2 que apresente a menor contração de polimerização dos restauradores fluidos, que escoo somente sobre pressão facilitando a inserção do material na cavidade e apresente melhor fluorescência. Excelente retenção de polimento, estética duradoura, superfície da restauração lisa e brilhante, excelente manipulação, possui ótima consistência radiopacidade, inclusive nas cores translúcidas, a única resina no mercado com 100% nanopartículas e não gruda na espátula.	05		
52	Tb.	Resina fotopolimerizável A3 que apresente a menor contração de polimerização dos restauradores fluidos, que escoo somente sobre pressão facilitando a inserção do material na cavidade e apresente melhor fluorescência. Excelente retenção de polimento, estética duradoura, superfície da restauração lisa e brilhante, excelente manipulação, possui ótima consistência radiopacidade, inclusive nas cores translúcidas, a única resina no mercado com 100% nanopartículas e não gruda na espátula.	05		
53	Tb.	Resina fotopolimerizável A 3,5 que apresente a menor contração de polimerização dos restauradores fluidos, que escoo somente sobre pressão facilitando a inserção do material na cavidade e apresente melhor fluorescência. Excelente retenção de polimento, estética duradoura, superfície da restauração lisa e brilhante, excelente manipulação, possui ótima consistência radiopacidade, inclusive nas cores translúcidas, a única resina no mercado com 100% nanopartículas e não gruda na espátula.	10		
54	Tb.	Resina fotopolimerizável Opaca que apresente a menor contração de polimerização dos restauradores fluidos, que escoo somente sobre pressão facilitando a inserção do material na cavidade e apresente melhor fluorescência. Excelente retenção de polimento, estética duradoura, superfície da restauração lisa e brilhante, excelente manipulação, possui ótima consistência radiopacidade, inclusive nas cores translúcidas, a única resina no mercado com 100% nanopartículas e não gruda na espátula.	5		
55	Lt.	Revelador de filme radiológico em litros separados	20		
56	Lt	Sabão enzimático desincrostante líquido (Detergente) em litros separados	12		
57	Lts.	Sabonete antisséptico/glicerina para mãos	20		
58	Kit	Selante fotopolimerizável	02		
59	Fr.	Solução spray p/ teste de vitalidade pulpar (fr. c/200ml)	1		
60	Fr.	Soro fisiológico 0,9%. Frasco com 500ml (não em formato de bolsa).	30		
61	Fr.	Soro fisiológico 0,9%. Frasco com 250 ml (não em formato de bolsa)	30		
62	Pct	Tira de aço monoface 4mm abrasiva	30		
63	Pct	Touca descartável com elástico - pacote com 100 unidades	20		
64	Vd.	Verniz cavitário p/ forramento (Cavitine)	02		
65	kit	Verniz c/ flúor (fluorniz)	04		
66	Unid	Seringa descartável 20 ml com agulha	30		
67	Un	Seringa descartável 03 ml , com agulha tipo rosca, plástico atóxico, esterilizada, embalada individualmente, siliconização interna que permite suavidade no deslize e controle preciso na aspiração e aplicação de medicamentos, cilindro com anel de retenção que evita perda do medicamento durante a aspiração.	30		
68	Un	Seringa descartável 05 ml , com agulha tipo rosca, plástico atóxico, esterilizada, embalada individualmente, siliconização interna que permite suavidade no deslize e controle preciso na aspiração e aplicação de medicamentos, cilindro com anel de retenção que evita perda do medicamento durante a aspiração	30		
69	Un	Seringa descartável 01 ml com agulha para insulina, plástico atóxico, esterilizada e embalada individualmente	30		
70	Unid	Tesoura cirúrgica reta	05		
71	Unid	Pedra de afiar curetas odontológica	02		
72	Unid	Câmara escura odontológica dimensões: 230 mm altura, 340 mm comprimento, 230 mm de largura, 4 reservatórios, iluminação a base de bateria	01		

Nº do item	Unid.	Descrição do Produto Medicamentos com ano de fabricação 2018	Quant. Necessária Anual	Valor Máximo Unitário (R\$)	Valor Máximo TOTAL (R\$)
73	Fr	Brometo de Ipratrópio 0,250mg/ml – solução para inalação, uso adulto e pediátrico com 20 ml	2		
74	Fr	Bromidrato de Fenoterol 5mg/ml, solução para inalação uso adulto e pediátrico com 20 ml	2		
75	Cx	Captopril 25 mg – comprimido uso adulto, caixa com 30 comprimidos	1		
76	Cx	Captopril 50 mg – comprimido uso adulto, caixa com 30 comprimidos	1		
77	Cx	Furosemida 40 mg – comprimidos, uso adulto, caixa com 30 comprimidos	1		
78	Fr	Iodopovidona (PVPI) tópico, frasco com 100 ml	2		
79	Fr	Iodopovidona (PVPI) degermante, frasco com 100 ml	2		
80	Cx	Atenolol 50 mg, comprimido uso adulto, caixa com 30 comprimidos	1		
81	Cx	Maleato de Enalapril 20 mg, comprimido uso adulto, caixa com 30 comprimidos	1		
82	Cx	Metildopa 250 mg, comprimido uso adulto, caixa com 30 comprimidos	1		
83	Cx	Metildopa 500 mg, comprimido uso adulto, caixa com 30 comprimidos	1		
84	Cx	Hidroclorotiazida 25 mg, comprimido uso adulto, caixa com 30 comprimidos	1		
85	Cx	Maleato de Dexclorfeniramina 02 mg, comprimido uso adulto, caixa com 30 comprimidos	1		
86	Cx	Omeprazol 10 mg comprimidos, caixa com 28 comprimidos	1		
87	Cx	Prednisona 20 mg, caixa com 20 comprimidos	1		
88	Cx	Paracetamol 500 mg, caixa com 20 comprimidos	4		
89	Cx	Dipirona 500 mg, caixa com 10 comprimidos	8		
90	Fr	Butilbrometo de escopolamina e dipirona sódica 6,67 mg/ml + 333,4mg/ml, gotas	02		
91	Cx	Butilbrometo de escopolamina 10 mg associado a paracetamol 500 mg, caixa com 20 comprimidos	20		
92	Fr	Butilbrometo de escopolamina 10mg/ml, gotas	02		
93	Un	Sulfadiazina de prata 1%, creme dermatológico com 50g	04		
94	Un	Colagenase com clorafenicol, pomada com 50g	01		
95	Cx	Fita teste para medição de glicemia capilar para aparelho Accu Chek Active - Caixa com 50 tiras	04		
96	Fr	Insulina Regular 100 UI/ml, frasco com 10 ml	02		
97	Fr	Insulina NPH 100 UI/ml, frasco com 10 ml	02		
98	Un	Esparadrapo impermeável 5 cm x4,5 m, com capa, tecido 100% algodão, com resina acrílica impermeabilizante – rolos	05		
99	Un	Esparadrapo impermeável 10 cm x4,5 m, com capa, tecido 100% algodão, com resina acrílica impermeabilizante – rolos	05		
100	Un	Fita hipoalergênica 5 cm x4,5 m, com capa – rolos	03		
101	Fr	Óleo de ácidos graxos essenciais composto por Ácido Linoleico, Ácido Oleico, Ácido Caprílico, Ácido Cáprico, Ácido Láurico, Ácido Palmítico, Ácido Mirístico, Ácido Estéarico, Palmitato de Retinol (Vitamina A), Acetato de Tocoferol (Vitamina E) e Lecitina de Soja; frasco com 250 ml	02		

Nº do item	Unid.	Descrição do Produto Aparelhos e insumos para o Setor de Enfermagem	Quant. Necessária Anual	Valor Máximo Unitário (R\$)	Valor Máximo TOTAL (R\$)
102	Conj	Eletrodos adesivos transtorácicos externos para desfibrilação, cardioversão sincronizada, estimulação cardíaca e monitorização de ECG, modelo adulto, compatível com aparelho Desfibrilador Externo Automático Life 400 Futura – DEA Cmos Drake	02		
103	Un	Aparelho de pressão digital de braço - detecção de arritmia na pulsação; leitura da Pressão Diastólica (min.) e Sístólica (máx.); aprovado pelo INMETRO; Visor de cristal líquido; Totalmente automático; Medição da pulsação; Desligamento automático; Funciona com 4 pilhas do tipo AA de 1,5V; Memória para 99 resultados com hora e data; Braçadeira de 22 - 32 cm; Compartimento	03		

		para a guarda da braçadeira; Estojo para Transporte; Aprovado pela Sociedade Brasileira de Cardiologia; aprovado pela Sociedade Brasileira de Hipertensão. Manual de instruções em português.Registro na ANVISA. Incluir ao aparelho: Adaptador de alimentação bivolt próprio para o aparelho de pressão digital a ser adquirido neste item.			
104	Un	Balança Eletrônica para pesar pessoas: Utiliza display LCD com backlight. Leituras rápidas e sem erros, com alta visibilidade do peso, além do baixo consumo de energia; Sempre pronta para o uso. Dispensa intervenções manuais mantendo a indicação em zero entre as pesagens; Superfície de pesagem revestida com borracha antiderrapante e pés niveladores proporciona aderência da balança ao piso e segurança aos usuários durante as pesagens; Régua Antropométrica (de 1,05 m a 2,01 m)	01		
105	Un	Nebulizador (inalador) convencional – pneumático ou ar comprimido – não aceito inalador ultrassônico, administra qualquer tipo de medicamento com os melhores resultados terapêuticos; Indicado para tratamento de doenças das vias respiratórias como asma, bronquite, gripe, resfriado, sinusite, rinite, tosse e falta de ar; Alimentação: 127/ 220 V~ 50/60 Hz; projetado para emitir névoa, ou seja, para transformar o medicamento ou soro fisiológico em pequenas partículas, que poderão ser inaladas e assim, chegar mais facilmente às vias respiratórias, aliviando e desobstruindo a respiração.; Motor: 1/30 Hp; Consumo de Energia: 70 / 80 W; Voltagem: 110 e 220 Volts (60 Hz); Compressão: 40 Libras (máximo); Vazão de ar livre: 15 litros / min; Vazão de ar com nebulizador: 7,5 litros / min; Partículas: 0,5 a 8 microns; com registro na ANVISA.	01		
106	Un	Bateria lithium, 3V, CR2032 - para aparelho de verificação glicemia	06		

Observações:

- 1) Os preços ofertados devem ter inclusos os impostos, taxas, fretes, lucro, contribuições e qualquer outra despesa decorrente da execução do objeto, não podendo assim haver qualquer outro tipo de cobrança além das acima indicadas objetivando a execução do objeto.
- 2) Nos valores acima estão compreendidos além do lucro, encargos sociais, taxas e seguros, fretes quaisquer despesas de responsabilidade do proponente, que direta ou indiretamente, decorram da execução do objeto licitado, na forma e condições previstas no edital e seus anexos.
- 3) Conforme súmula TCU 254/2010 o IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica e a CSLL – Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, não devem constar da composição de preços.
- 4) Declaramos estar de acordo com todas as condições estipuladas no edital e seus anexos.

Valor Global:	
Razão Social:	
CNPJ:	
End:	
Cep:	
Fone/Fax:	
Email:	
Validade da Proposta:	
Especificação Técnica:	
Forma de Pagamento:	
Dados Bancários da empresa:	
Agência:	
Conta Corrente:	
Banco:	

DADOS DO REPRESENTANTE QUE IRÁ ASSINAR o CONTRATO:

--	--

Nome:	
CPF:	
RG:	Expedido por:
CEP:	
Estado civil:	
Residência:	
Cargo/Função:	
Nacionalidade:	

* Lembrar que é necessária cópia dos principais documentos:
1- da empresa - Alteração Contratual ou Procuração
2- pessoais - Identidade e CPF ou da CNH, que assinará a ATA e/ou CONTRATO

Local: _____, ____ de _____ de 2018.

CARIMBO, ASSINATURA E TIMBRE DA EMPRESA

ENCARTE “B”
TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

OBJETO: Selecionar proposta, pelo Sistema de Registro de Preços – SRP, do tipo menor preço global por grupo, para eventuais aquisições de medicamentos e materiais de consumo, visando à continuidade no atendimento médico e odontológico aos servidores e seus dependentes legais, realizado pela equipe médica e odontológica do **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – UASG 150002**, como **ÓRGÃO GERENCIADOR e dos ÓRGÃOS PARTICIPANTES**, durante os exercícios de **2018 e 2019**, de acordo com as especificações e quantidades descritas no Encarte “A” deste Termo de Referência.

Nos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº ____/2018, Processo n.º _____/_____, Nota de Empenho n.º _____, Ordem de Fornecimento nº _____ e da Portaria de Fiscalização nº ____/2018, emitimos o presente Termo de Recebimento Provisório dos bens discriminados na supracitada nota de empenho e demais especificações contidas no Encarte “A” do Termo de Referência, com cópia anexa a este Termo, rubricada pelos abaixo assinados.

Fiscais do Contrato

De acordo,

Responsável pelo Setor de Almoxarifado das unidades

Ciente,

Representante da Empresa

ENCARTE “C”

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

OBJETO: Selecionar proposta, pelo Sistema de Registro de Preços – SRP, do tipo menor preço global por grupo, para eventuais aquisições de medicamentos e materiais de consumo, visando à continuidade no atendimento médico e odontológico aos servidores e seus dependentes legais, realizado pela equipe médica e odontológica do **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – UASG 150002**, como **ÓRGÃO GERENCIADOR e dos ÓRGÃOS PARTICIPANTES**, durante os exercícios de **2018 e 2019**, de acordo com as especificações e quantidades descritas no Encarte “A” deste Termo de Referência.

Nos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2018, Processo n.º XXXXXXXXXXXXXXX/XXXX, Nota de Empenho n.º, Ordem de Fornecimento nº e da Portaria de Fiscalização nº/2018, emitimos o presente Termo de Recebimento Definitivo dos bens discriminados na supracitada nota de empenho e demais especificações contidas no Encarte “A” do Termo de Referência, com cópia anexa a este Termo, rubricada pelos abaixo assinados.

Brasília/DF, de de 2018

Fiscais do Contrato

De acordo,

Responsável pelo Setor de Almoxarifado das unidades

Ciente,

Representante da Empresa

ENCARTE “D”
MODELO DE ORDEM DE RECEBIMENTO

Modelo para ordem de fornecimento Nº _____/2018

À Empresa

Endereço

CNPJ	Telefone/Fax
------	--------------

Autorizamos V.S.^a a fornecer os produtos/serviços adiante discriminados, observadas as especificações e demais condições constantes no Termo de Referência.

I – DO OBJETO

1.1 Especificações

Especificações	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$

OBS: _____

MEC
CPF do Responsável

Recebi o original:

Empresa:

Responsável:

CPF:

Favor carimbar

Avaliação dos serviços prestados:

Nota: _____

Justificativa: _____

Ponderações pertinentes: _____

Assinatura Avaliador MEC
Nome e SIAPE

ENCARTE “E”

DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E DO MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

1 – Visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto a inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação promovidos pela Administração Pública, em atendimento ao art. 170 da CF/1988, ao art. 3º da Lei nº 8.666/93 alterado pela Lei nº 12.349 de 2010, a Lei nº 12.187/2009 e art. 6º da Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG, Decreto nº 7746/2012:

Constituição Federal/1988:

“Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação; ([Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003](#))

Lei nº 8.666/93:

*“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do **desenvolvimento nacional sustentável** e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010).” (Grifamos)*

Lei nº 12.187/2009:

“Art. 6º São instrumentos da Política Nacional sobre Mudança do Clima:

XII – as medidas existentes, ou a serem criadas, que estimulem o desenvolvimento de processos e tecnologias, que contribuam para a redução de emissões e remoções de gases de efeito estufa, bem como para a adaptação, dentre as quais o estabelecimento de critérios de preferência nas licitações e concorrências públicas, compreendidas aí as parcerias público-privadas e a autorização, permissão, outorga e concessão para exploração de serviços públicos e recursos naturais, para as propostas que propiciem maior economia de energia, água e outros recursos naturais e redução da emissão de gases de efeito estufa e de resíduos;”

Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG:

“Art. 6º Os editais para a contratação de serviços deverão prever que as empresas contratadas adotarão as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

I – use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

II – adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

III – Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

IV – forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços; (Grifamos)

V – realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes; (Grifamos)

VI – realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

VII – respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e (Grifamos)

VIII – preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não impede que os órgãos ou entidades contratantes estabeleçam, nos editais e contratos, a exigência de observância de outras práticas de sustentabilidade ambiental, desde que justificadamente.

2 – A licitante deverá apresentar **Declaração de Sustentabilidade Ambiental conforme modelo constante neste anexo, documento este, integrante da proposta conforme enumerado no presente Termo de Referência.**

2.1 – Tal exigência visa atender aos dispositivos normativos acima enumerados, bem como estabelecer que a licitante deva implementar ações ambientais por meio de treinamento de seus empregados, pela conscientização de todos os envolvidos na prestação dos serviços, bem como cumprir as ações concretas apontadas especialmente nas obrigações da CONTRATADA, que se estenderão na gestão contratual, refletindo na responsabilidade da Administração no desempenho do papel de consumidor potencial e na responsabilidade ambiental e socioambiental entre as partes.

2.2 - Segue abaixo algumas ações a serem adotadas pela licitante vencedora como boas práticas na prestação dos serviços a serem desempenhadas por intermédio de seus profissionais nas atividades diárias e também nas atividades empresariais:

a) A otimização de recursos materiais;

- b)** A redução de desperdícios materiais, energia e água por parte de seus profissionais no desempenho das atividades diárias;
- c)** Elaborar e manter um programa interno de treinamento de seus empregados para redução de consumo de energia elétrica, consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- d)** Receber, da CONTRATANTE, informações a respeito dos programas de uso racional dos recursos que impactem o meio ambiente.
- e)** Responsabilizar-se pelo preenchimento do "Formulário de Ocorrências para Manutenção, a ser fornecido pela CONTRATANTE, a fim de informar prováveis e reais ocorrências. Exemplo de ocorrências mais comuns e que devem ser apontadas são: Vazamentos nas torneiras ou nos lavatórios; Lâmpadas queimadas ou piscando; Fios desencapados; Janelas, fechaduras ou vidros quebrados; Aparelhos eletrônicos ligados e que estejam em desuso, entre outras.
- f)** Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água.
- g)** Destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades diárias;
- h)** Instruir os profissionais quanto ao cumprimento da coleta seletiva e do Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos adotado por este Ministério em especial aos recipientes adequados para a coleta seletiva disponibilizados nas dependências do Ministério:

AZUL: papel/papelão;

VERMELHO: plástico;

VERDE: vidro;

AMARELO: metal;

PRETO: madeira;

LARANJA: resíduos perigosos;

BRANCO: resíduos ambulatoriais e de serviços de saúde;

ROXO: resíduos radioativos;

MARROM: resíduos orgânicos;

CINZA: resíduo geral não reciclável ou misturado, ou contaminado não passível de separação.

(Resolução nº 275, de 25 de abril de 2001 - Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA.

Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012

Art. 4º São diretrizes de sustentabilidade, entre outras:

- I - menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- II - preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- III - maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- IV - maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- V - maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- VI - uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e
- VII - origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2018

PROPONENTE: _____

ENDEREÇO: _____

CNPJ: _____

FONE/FAX: _____

Declaro, sob as penas da Lei nº 6.938/1981, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Eletrônico nº ____/2018, instaurado pelo Processo de n.º XXXXXXXXXXXX/XXXX-XX, que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes quando solicitadas como requisito para habilitação e da obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece o art. 6º e seus incisos, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG e Decreto nº 7746 de 5 de junho de 2012, que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais caso minha empresa exerça uma das atividades constantes no Anexo II da Instrução Normativa nº 31, de 03 de dezembro de 2009, do IBAMA.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

_____ de _____ de 2018

Nome:

RG/CPF:

Cargo:

ENCARTE “F”

RELAÇÃO DE ENDEREÇOS PARA ENTREGA

OBJETO: Selecionar proposta, pelo Sistema de Registro de Preços – SRP, do tipo menor preço global por grupo, visando eventual aquisição de medicamentos e materiais de consumo, visando a continuidade no atendimento médico e odontológico aos servidores e seus dependentes legais, realizado pela equipe médica e odontológica do **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – UASG 150002**, como **ÓRGÃO**

GERENCIADOR e dos ÓRGÃOS PARTICIPANTES, durante os exercícios de **2018 e 2019**, de acordo com as especificações e quantidades descritas no Encarte “A” deste Termo de Referência.

Subsecretaria de Assuntos Administrativos - MEC – UASG 150002			
UNIDADE	ENDEREÇO	PRODUTO	HORÁRIO DA ENTREGA
Almoxarifado Central do Ministério da Educação	Esplanada dos Ministérios Bloco “L”, Anexo I – Subsolo. Brasília/DF	XXXXXXXXXXXX	Das 8h às 11h; Das 14h às 17h